

BIOTECNOLOGIA, ÉTICA E CONTROLE SOCIAL¹

Volnei Garrafa²

Meu objetivo neste breve artigo é analisar, a partir de enfoque bioético, o conflito gerado pela proposta de introdução de alimentos transgênicos no Brasil. Se, por um lado, o país não pode fechar-se a novas tecnologias ditas “limpas” que surgem neste final de século, por outro, é enorme a responsabilidade dos cientistas que trabalham com o assunto e dos políticos que têm a difícil tarefa de dar o encaminhamento concreto e adequado a este assunto. A população brasileira, por sua vez, sendo o verdadeiro sujeito de todo este processo, deverá estar suficientemente informada, segura e consciente sobre o melhor caminho a ser tomado. A participação e o controle social, no caso dos transgênicos, tornam-se a grande referência cidadã para a definição dos rumos futuros.

De acordo com esta linha de pensamento, é pertinente recordar que, principalmente nestas últimas três décadas, a chamada ética prática ou aplicada adquiriu uma importância especial como ferramenta da área dos direitos humanos, para o estudo e discussão dos novos temas oriundos do campo da biotecnociência (para utilizar o neologismo criado pelo filósofo e bioeticista Fermin Roland Schramm). Para exemplificar, recordo que representativa porcentagem do orçamento global do Projeto Genoma Humano (5%), está destinada a estudos éticos a ele relacionado e aos seus impactos na vida das pessoas e no futuro da

¹ Trabalho apresentado no Seminário sobre Aspectos Éticos das Pesquisas em Biotecnologia promovido pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, no dia 10 de abril do ano 2000.

² Professor titular e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Universidade de Brasília; vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (1908-2001); editor associado da revista “Bioética” do Conselho Federal de Medicina; membro da International Association of Bioethics. E-mail: volnei@nettur.com.br.

espécie humana e do próprio planeta em sua totalidade. Neste sentido, entre as diferentes disciplinas ou setores relativos à ética prática, a bioética é a que mais tem-se destacado como instrumento contributivo na análise, aperfeiçoamento e consolidação da cidadania. E o tema dos transgênicos faz parte inquestionável do contexto dos direitos humanos.

O QUE É BIOÉTICA

Inicialmente, é indispensável fazer um esclarecimento aos iniciados no assunto, sobre o estatuto epistemológico da bioética, uma vez que grande parte daqueles que têm utilizado esta expressão no Brasil, o tem feito de forma errônea. A bioética não chegou pautada em proibições, limites ou vetos; e muito menos na necessidade imperiosa que alguns vêem de que tudo seja regulamentado, codificado, legalizado. Pelo contrário, baseada no respeito ao pluralismo moral, para ela, o que vale é o desejo livre, soberano e consciente dos indivíduos e das sociedades humanas, desde que as decisões não invadam a liberdade e os direitos de outros indivíduos e outras sociedades (Garrafa, 1998a).

A modernidade da bioética está, exatamente, em libertar-se dos paternalismos que se confundem com beneficência. Historicamente, a humanidade vem carregando o peso do maniqueísmo entre o “certo” e o “errado”, entre o “bem” e o “mal”, entre o Justo” e o “injusto”. Para a bioética laica, o que é bem, certo ou justo para uma comunidade moral, não é bem, certo ou justo para outra, já que suas moralidades (mores: costumes) podem ser diversas. Desta maneira, ao invés de pautar-se em proibições, vetos, limitações, normatizações ou mesmo em mandamentos, ela atua afirmativamente, positivamente. Para ela, portanto, a essência é a liberdade, porém, com compromisso, com responsabilidade (Garrafa 1998a e 1998b).

A bioética caracteriza-se, assim, por proceder à análise processual dos conflitos a partir de uma ética minimalista que possa proporcionar - na medida do possível - a mediação e a solução pacífica das diferenças. Em situações nas quais “estranhos morais” cheguem a posições inconciliáveis no contexto de temas situados nas últimas fronteiras do diálogo, como o aborto, por exemplo, e em alguns momentos o tema dos transgênicos, nos quais provavelmente durante um bom tempo ainda estaremos trabalhando para a construção de um consenso universal, as únicas saídas parecem ser o diálogo e a tolerância. O diálogo

exaustivo e a tolerância, exercidos com responsabilidade são assim algumas das categorias utilizadas pela bioética para possibilitar a construção de convívio pacífico entre indivíduos e coletividades de visões e posturas morais diferentes.

ÉTICA E BIOTECNOCIÊNCIA

Para algumas pessoas, neste momento histórico pelo qual passa a humanidade, existe o perigo de a técnica vir a dominar o mundo, a sociedade, a natureza, sem mediação científica e anulando (ou esquecendo ...) os conflitos sociais. As mudanças genéticas possíveis – vegetais, animais e humanas – já alteraram irreversivelmente o curso da história. A história, que no dizer de Lucien Sfez (1996), tinha uma narrativa longa, é substituída por pequenas narrativas curtas, fragmentadas. Desmentindo a teoria reacionária e simplista de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”, a engenharia genética, as técnicas de reprodução assistida e diversos outros procedimentos biotecnocientíficos, nos devolvem uma nova história.

Trata-se, desse modo, da superação do esgotamento dos mitos, do envelhecimento irreversível do mundo e das pessoas, e de voltarmos ao fundamental, à essência de nossa vida. Contra o fracasso da história e a precariedade da nossa passagem terrena, somente a ideologia e as decisões humanas têm capacidade para recriar a imagem do eterno retorno e da eterna permanência, da busca da nossa imortalidade como espécie, em megaprotesto contra a fragilidade de nossa transitória condição social e humana.

Hans Jonas (1990) foi um dos pensadores que detectou com mais lucidez a caducidade dos termos em que tradicionalmente se exprimiam os questionamentos dirigidos pela ética ao progresso tecnocientífico: “Continuamos a discutir a técnica do ponto de vista da verdade antropológica, quer no sentido de ela realizar o verdadeiro sentido do humano, quer, opostamente, no sentido de ela constituir a própria negação do ser humano ou da natureza”. Ora, a técnica não pode ser nem eticamente submissa, nem histericamente dominadora.

Em outras palavras, as coisas que devemos evitar a todo custo devem ser determinadas por aquelas outras que devemos preservar a todo custo. Uma filosofia da natureza deve articular o É cientificamente válido com o DEVE das injunções morais. Entre os grandes problemas práticos da bioética está a dificuldade em trabalhar a relação entre a certeza do que é benéfico e a dúvida

sobre os “limites”, sobre o que deve ser controlado e sobre o como isso deva se dar. E é precisamente nesta fronteira insegura, que conta com tão pouca iluminação moral, que, com doses generosas de boa vontade, nos deparamos com a virtude da prudência.

Apesar de alguns críticos radicais (principalmente oriundos do fundamentalismo religioso) considerarem grande parte dos avanços da ciência como “perigosos”, é impossível imaginar a atual estrutura biológica e societária como eterna e imutável. Como disse o rabino Henry Sobel na reunião do grupo de estudos sobre “Bioética” desenvolvido durante o Encontro Internacional sobre Clonagem e Transgênicos promovido em Brasília pelo Senado, em junho de 1999: a natureza é imperfeita, cria imperfeições biológicas nos campos vegetal, animal e humano; é papel da ciência, pois, ‘consertar’ essas imperfeições. Um dos compromissos da ciência, portanto, é gestar o futuro, antecipando-se a ele por meio de descobertas que venham realmente proporcionar benefícios e segurança à espécie humana. A mutabilidade da sociedade e do mundo é uma certeza; a dúvida reside em estabelecer o “limite” ou “ponto” concreto até onde (e em que momento ...) os avanços da ciência devam acontecer.

TRANSGÊNICOS, DEPENDÊNCIA E CIDADANIA

Durante os Encontros Malraux, realizados em 1997, em Brasília, o francês Jacques Rigaud pronunciou as seguintes palavras, que talvez possam ajudar na nossa reflexão: “Nós marcamos um encontro com o Brasil e o Brasil faltou... outros chegaram. Nossa geração, nos anos 30, acostumou-se à idéia de que a América Latina e o Brasil eram a terra do futuro... amávamos tudo aqui. Mas o encontro não foi possível. Nós vos esperamos no século XXI”. Realmente, no presente momento histórico, enfrentamos um paradoxo ético insustentável: ao mesmo tempo em que, por exemplo, hospitais dos centros desenvolvidos do país estão capacitados a realizar transplantes múltiplos de órgãos humanos, milhares de crianças e idosos morrem todos os anos completamente desassistidos nos campos e nas cidades.

Se de uma parte o Brasil ainda faz parte, neste final de século, do grupo de países da América Latina e do Caribe - juntamente com Haiti, Guiana, Bolívia e Peru - com os piores indicadores sociais da região (mortalidade infantil,

alfabetização, escolaridade, expectativa média de vida ao nascer, anos de escolaridade dos trabalhadores da indústria etc. etc.), de outra, não temos o direito de fecharmo-nos aos novos avanços conquistados nas áreas científica e tecnológica.

Este, parece-me um dos pontos mais cruciais a serem debatidos com a chegada dos transgênicos ao Brasil. Ao lado de tantos e tão agudos problemas remanescentes a resolver, não devemos abdicar ao futuro. Mas com que grau de certeza podemos acreditar na “segurança” que nos é oferecida por grandes empresas internacionais, que baseiam suas ações exclusivamente no lucro? E na ciência brasileira que, apesar de episódios pontuais de bravura, detém uma parcela de contribuição abaixo de 1% na produção mundial? Apesar do brilho inquestionável de algumas poucas estrelas nacionais e da luta diuturna de pesquisadores das nossas universidades e de algumas empresas públicas, em que pese seus magros recursos e salários, também neste setor o Brasil é um país periférico e dependente. Já faz um bom tempo que ciência e tecnologia, juntamente com saúde e educação, não são prioridades brasileiras, seja no campo político ou orçamentário. As palavras de “segurança”, no que se refere ao plantio e ao consumo de transgênicos e provenientes de alguns setores acadêmicos brasileiros, portanto, apesar de singelas e provavelmente sinceras, são frágeis, inconsistentes, no sentido de “pensamento próprio”. E, por isso mesmo, merece ser considerada com evidentes reservas.

Retomando a Jonas (1990), vale a pena lembrar a passagem do seu livro *O princípio da responsabilidade*, onde ele analisa que a liberdade da pesquisa apóia-se exatamente no fato de que a atividade de investigar, juntamente com o conhecimento, deve estar separada da esfera da ação. Porque, arremata ele, “na hora da ação, naturalmente, toda liberdade tem suas barreiras na responsabilidade, nas leis e nas considerações sociais” (o grifo é meu). Se a ciência como tal, não pode ser ética ou moralmente qualificada, pode sê-la, no entanto, a utilização que dela se faça, os interesses a que serve e as conseqüências sociais de sua aplicação. Está inserido nessa pauta, também, o tema da democratização do acesso a todas pessoas, indistinta e eqüanimente, aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico (às descobertas e invenções). Neste sentido, parece-me indispensável agregar à discussão alguns referenciais que tangenciam as fronteiras do desenvolvimento, sem obrigatoriamente limitá-lo: além da pluralidade, da prudência, da tolerância e da

responsabilidade, já mencionadas, é conveniente agregar a equidade e a justiça distributiva dos benefícios, além da participação e do controle social no campo da democracia e dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo isso, mais uma vez, resta-nos dirigir nosso “fazer” com equilíbrio e prudência, entre as apertadas fronteiras do necessário e do possível. A sofisticada intervenção tecnocientífica em um meio não somente natural como também cultural, atravessado por atos de vontade e de escolha apaixonados, é tão “humana” quanto a ética, com a qual, neste pé, pode e deve estabelecer diálogo. E, nos casos extremos em que se torne impossível a sua consagração, é necessário, ou até mesmo indispensável, que a referência concreta do agir pautar-se nos limites mais avançados possíveis da ética e incorpore o tema da tolerância. Como pano de fundo do cenário, a participação e o controle social adquirem importância fundamental.

Dentro do tema da democracia e desenvolvimento da ciência, portanto, não se pode deixar de abordar a questão do controle social sobre qualquer atividade que seja de interesse público e/ou coletivo. Mesmo neste complexo tema dos transgênicos, a pluriparticipação é indispensável, para a garantia de que a cidadania seja respeitada. O controle social, por meio do pluralismo participativo, deverá prevenir o difícil problema de um progresso biotecnocientífico que reduz o cidadão a súdito ao invés de emancipá-lo. O súdito é o vassalo, aquele que está sempre sob as ordens e vontades de outros, representados neste debate pelo próprio rei, pelos cientistas, empresas ou políticos. Essa peculiaridade é absolutamente indesejável em um processo no qual se pretende que a participação consciente da sociedade brasileira adquira papel de relevo, através da educação, da informação e do acesso a esta e, se necessário, mais adiante, mediante uma consulta plebiscitária na qual todos tenham possibilidade de externar suas opiniões.

O grande nó relacionado com a questão dos transgênicos não está na utilização em si da nova tecnologia, mas no controle contextualizado, caso a caso, de cada uma das novidades. E este controle deve se dar em patamar diferente aos planos científicos e tecnológicos: o controle é ético. É conveniente recordar que a ética sobrevive sem a ciência e a técnica; isto é, sua existência não depende delas. A ciência e a técnica, no entanto, não podem prescindir da

ética, sob pena de transformarem-se em armas desastrosas para o futuro da humanidade nas mãos de minorias poderosas e/ou mal-intencionadas.

O "xis" do problema, portanto, está no fato de que dentro de uma escala hipotética de valores vitais para a humanidade, a ética ocupa posição diferenciada em comparação com a pura ciência e a técnica. Nem anterior, nem superior, mas simplesmente diferenciada. Além de sua importância qualitativa no caso, a ética serve como instrumento preventivo e prudencial contra abusos atuais e futuros que venham trazer lucros abusivos para poucos, em detrimento do alijamento e do sofrimento da maioria da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GARRAFA, V. Bioética e ética profissional: esclarecendo a questão. *Jornal do Conselho Federal de Medicina*, v. 12, n. 98, p.28, set. 1998.
- GARRAFA, V. Bioética e ciência - até onde avançar sem agredir. In: COSTA, S. L E; GARRAFA, V.; OSELKA, G. *Iniciação à bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998b. p. 99-110.
- SFESZ, L. *A saúde perfeita - crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola, 1996.
- JONAS, H. *O principio responsabilità. Un'etica per la civiltà tecnologica*. Turim, Einaudi, 1990.

